

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE GOIÁS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS**

**COORDENAÇÃO DA ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA Á EDUCAÇÃO BÁSICA NA
MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E QUALIFICAÇÃO
PROFISSIONAL PARA ALUNOS TRABALHADORES
DA INDÚSTRIA DE MINERAÇÃO**

CLAUDIA CRISTINA CASTRO DE SOUSA

**ORIENTADOR: PROF.^a DR.^a MARIA
MARGARIDA MACHADO.**

**GOIÂNIA
2009**

CLAUDIA CRISTINA CASTRO DE SOUSA

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E QUALIFICAÇÃO
PROFISSIONAL PARA ALUNOS TRABALHADORES
DA INDÚSTRIA DE MINERAÇÃO**

Monografia apresentada ao programa de Pós-Graduação Lato *sensu* do Instituto Federal Educação Tecnológico Goiás/ CEFET-GO, como exigência parcial para obtenção do Título de Especialista em Educação Profissional Integrada á Educação de Jovens e Adultos, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Margarida Machado.

GOIÂNIA
2009

CLAUDIA CRISTINA CASTRO DE SOUSA

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E QUALIFICAÇÃO
PROFISSIONAL PARA ALUNOS TRABALHADORES
DA INDÚSTRIA DE MINERAÇÃO**

Monografia apresentada à banca examinadora da Coordenação da Especialização Lato *sensu* em Educação Profissional Integrada á Educação Básica na modalidade de educação de jovens e adultos para Instituto Federal de Educação Tecnológica de Goiás – parte dos requisitos para obtenção do Título de Especialista em Educação Profissional Integrada á Educação de Jovens e Adultos.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr^a Maria Margarida Machado
(Orientadora)
UFG

Prof. Dr^a Miriam Fábria
(Banca examinadora)

UFG

Prof. Dr^a. Arlene Carvalho de Assis Clímaco
(Banca examinadora)

UFG

GOIÂNIA
2009

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar á Deus, pelo dom da vida, sua presença constante em meu viver, pela força, coragem e determinação, pois sei que a minha vitória foi ele quem deu.

Á minha família, razão da minha luta, pelos momentos difíceis, compreensão e carinho que me fizeram crescerem e acreditar cada vez mais nos meus ideais.

Á minha orientadora Dr^a Maria Margarida Machado, que participou na construção desta trabalho.

Ao MEC/SETEC por ter dado oportunidade de fazer esta pós-graduação financiando o curso.

RESUMO

O presente trabalho educação de jovens e adultos e qualificação profissional para alunos trabalhadores da indústria de mineração faz um do estudo do caso do colégio Col. Joaquim Taveira, na qual será possível definir o perfil do alunos, e o curso que deve ser implantado para satisfazer a necessidades do discentes e quais mudanças devem ser feitas no currículo para se adaptar a essa nova realidade. A metodologia para a implantação do PROEJA no colégio Col Joaquim Taveira foi baseado nos conceitos de qualificação, requalificação, (novas) competência (s) e formação profissional, através de um estudo de caso. Sendo Niquelândia–GO uma região onde encontramos grandes reservas de ouro, níquel, cristais e outros minerais , e parte dos trabalhadores não apresentam qualificação para trabalhar nesse setor, com os avanços tecnológicos o mercado de trabalho exige cada vez mais um trabalhador qualificado apto a desenvolver varias atividades dentro do ambiente de trabalho, além de ser capaz de exercer sua cidadania .

Palavras-chaves: mineração, educação profissional, qualificação e educação de jovens e adultos.

SUMÁRIO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....9

CAPÍTULO I

1.0. O CONTEXTO BRASILEIRO DOS SÉCULOS XX E XXI DE UMA OFERTA DA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....11

1.1. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CAMINHOS PERCORRIDOS DURANTE O SÉCULO XX E15

1.2. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....19

1.3 A POSSIBILIDADE DE INTEGRAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....24

CAPÍTULO II

2.0. O MUNICÍPIO DE NIQUELÂNDIA COMO ESPAÇO DE VIDA E TRABALHO.....28

2.1. HISTÓRIA DE NIQUELÂNDIA.....28

2.2 O CONTEXTO EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO32

CAPÍTULO III

3.0. PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO INTEGRADO EM MINERAÇÃO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (PROEJA).....36

3.1. JUSTIFICATIVA PARA IMPLANTAÇÃO DO PROEJA EM NIQUÊLANDIA.....	36
3.2. PERFIL DE ATUAÇÃO DO EGRESSO	41
3.3. PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS	43
3.4. ESTRUTURA CURRICULAR E HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO.....	45
3.5. OFERTA DE VAGAS E FORMAS E CONDIÇÕES DE ACESSO	54
4.0. CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
5.0. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56

LISTA DE ABREVIATURAS

- CEAA-** Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos.
CEB- Coordenação de Educação Básica
CFE- Conselho Federal de Educação
CEFET-RN- Centro Federal de Educação Tecnológica Rio Grande do Norte
CEFET-GO- Centro Federal de Educação Tecnológica Goiás
CNE- Conselho Nacional de Educação
CNER- Campanha Nacional de Educação Rural
CES- Centros de Estudos Supletivos
DEQ- Departamento de Qualificação
FHC- Fernando Henrique Cardoso
FUNDEF- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
MEC-Ministério da Educação
MOBRAL- Movimento Brasileiro de Alfabetização
PLANFOR -Plano Nacional de Educação Profissional
PNQ- Plano Nacional de Qualificação
PROUNI -Programa Universidade para Todos
PROEP- Programa de Expansão da Educação Profissional
SECAD- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAC- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAR- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SNEA -Serviço Nacional da Educação de Adultos SNEA
SINAES- Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UNESCO- United Nations Education Science and Culture Organization.

Introdução

Niquelândia sempre teve sua economia fundamentada na extração mineral, podemos destacar alguns como ouro e níquel, cobre, cobalto, e outros.

Nos dias atuais mais da metade dos alunos matriculados na EJA na cidade de Niquelândia-GO, trabalham para indústrias mineradoras. A maioria dos alunos que terminam a EJA é obrigados a fazer um curso técnico, pois as empresas de mineração exigem que os seus empregados estejam qualificando constante. Essa exigência de qualificação está relacionada com a modernização da exploração do níquel.

No entanto o sistema capitalista globalizado exige simultaneamente um processo de qualificação que impõe a flexibilização que contrapartida uma precarização do trabalho, levando milhares de trabalhadores em nosso país ao desemprego e subemprego. A precarização e a flexibilização provocam mais exclusão social, pela via da vulnerabilidade do trabalho, nas classes-sociais-que-vivem-do-trabalho, (ANTUNES, 1997, p. 15).

Segundo Rifkin (1995, p.13) a maioria dos trabalhadores não está preparada para lidar com este processo de transição que ocorre em razão da reestruturação produtiva e em face do avanço da tecnologia e, mesmo, da desregulamentação: um processo que leva ao desemprego. No Brasil, a produção voltada para o mercado de produtos de qualidade para a exportação passa a exigir, cada vez mais, novas tecnologias, mão-de-obra qualificada e serviços especializados, além de dar origem a diversos tipos de relações contratuais. Quando tratamos da indústria mineradora esta transformação tem ocorrido de forma rápida, já que o setor de produção de bens de consumo exige que a matéria-prima seja produzida o mais rápido possível.

O trabalho foi dividido em 3 capítulos: primeiro capítulo faz um breve relato da história da educação de jovens e adultos e educação profissional no Brasil, mas, destacando principalmente o século XX e XXI, segundo capítulo relata a história de Niquelândia-GO, retratando o ciclo do ouro, e do níquel que permanece até hoje, além do contexto educacional e o terceiro capítulo, justifica a importância da implantação do curso de Mineração e Geologia no colégio Col. Joaquim Taveira, além de propor uma grade curricular que se enquadre no modelo

do currículo integrado. Os conteúdos estão dispostos em eixos temáticos sendo: trabalho, mineração e geologia, conhecimento, tecnologia e mineração, sujeito, desenvolvimento e responsabilidade sócio-ambiental mineração x mercado de trabalho

Diante desta mudança do mundo produtivo, é necessário que a escola participe deste processo ajudando o trabalhador preparar-se para o mundo do trabalho, oferecendo para estes alunos trabalhadores subsídios através de currículos apropriados para que ele possa alcançar os conhecimentos necessários para se desempenhar bem suas funções profissionais, mas não podemos nos esquecer que devemos preparar este trabalhador para ser um cidadão acima de tudo.

Capítulo 1

O contexto brasileiro dos séculos XX e XXI de uma oferta da modalidade educação de jovens e adultos e educação profissional

Ao analisar a realidade brasileira dos séculos XX e XXI, no contexto educacional tanto para a modalidade de Educação de Jovens Adultos quanto a profissional, às políticas públicas educacionais impostas, levaram ao distanciamento destas modalidades de ensino. Podemos observar hoje, que o Estado tem mostrado certas as limitações e muitas vezes ineficiente no que se refere à garantia do direito de todos os cidadãos ao acesso à educação pública, gratuita e de qualidade.

Quando descrevemos a trajetória descrita pela educação profissional e a educação de jovens e adultos podemos observar que percorreram caminhos bem diferentes durante a história da educação brasileira.

Começaremos analisando o caminho percorrido pela educação profissional Brasil, desde o período colonial já existia práticas educacionais apesar de serem de caráter informal e restritos aos engenhos, mais tarde surgem os colégios e as residências dos Jesuítas que passam a desenvolver o papel de formação profissional (escolas oficinas), os ofícios estavam ligados as atividades de carpintaria, de ferraria, de construção de edifícios, embarcações, de pintura, etc.

Com a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil em 1808, é criado um sistema educacional que tinha a finalidade de substituir a lacuna deixada pela expulsão dos Jesuítas do Brasil. Neste período são fundadas instituições de ensino superior, que tinham por finalidade a qualificação de pessoas para o Exército e na Administração do Estado. A educação profissional estava dividida em associações civis e estatais.

Em 1824 é promulgada a primeira Constituição Brasileira, o interessante é que ela já propunha uma “ educação primária gratuita para todos os cidadãos”, fato que não ocorreu pois, apenas era considerado cidadão as elites dominantes e este grupo era minoria na sociedade, outro aspecto que influenciou o não cumprimento da lei foi a responsabilidade de oferta da educação básica ser das Províncias que na maioria das vezes não tinham recursos.

Entre 1840 e 1856, são fundadas as casas de educandos artífices, adotando o modelo de aprendizagem de ofícios, neste período surgiram os liceus. Com a implantação da Primeira República a educação profissional ganha um novo perfil, são quando surgem as redes escolares, pertencentes aos governos estaduais e federais.

Portanto, só com a Constituição de 1934 é consolidada o dever do Estado em relação ao ensino primário, integral, gratuito e de frequência obrigatório, extensiva, inclusive, aos adultos (artigo 150), neste momento se legitima a separação entre o trabalho manual e do intelectual, ensino secundário destinado a as elites e ensino médio profissionalizante para as classes menos favorecidas.

Somente na década de 1940 começa-se a cogitar na educação de jovens e adultos, através de leis e iniciativas, portanto, em 1942 é criado o fundo Nacional de Ensino Primário pelo decreto nº 19.513, que marca o início da institucionalização da educação de Adultos pela União sendo responsável pela regulamentação e implementação. Neste mesmo período a educação profissional está se consolidando com a criação do SENAI (moldes definidos pelo Ministério do Trabalho) no mesmo período surge Lei Orgânica do Ensino Industrial. Reformas Capanema redefiniram os currículos e as articulações entre cursos, ramos, ciclos e grau.

Ao final do Estado Novo no final do ano de 1945 o capitalismo industrial no Brasil passa por um período de expansão e passa a ter necessidade de ter uma mão-de-obra qualificada, e passa a ter novas exigências educacionais, além deste fator era necessário aumentar o número do contingente eleitoral, e para isto acontecer os trabalhadores deveriam ser alfabetizados. Em 1946 o governo cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) a estrutura deste se iguala ao do SENAI dirigido e organizado pela Confederação Nacional de Comércio. O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) foi criado para o desenvolvimento a aprendizagem rural. Estas agências são regulamentadas pela Consolidação das Leis do Trabalho mantém vínculo com o Ministério da Educação.

Mas somente ao final da década de 1940 começa-se a tomar medidas mitigadoras em relação ao número de analfabetos, neste período são desenvolvidas as campanhas de alfabetização em massa para os excluídos do sistema regular. As campanhas foram: Campanha Nacional de Educação de

Adolescentes e Adultos (CEAA), Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) voltada para região nordeste com o objetivo de levar a educação aos brasileiros analfabetos da zona rural. Em 1952 foi realizado o 1º Congresso de Educação de Adultos onde foi lançamento da CNER com o slogan “Ser brasileiro é ser alfabetizado”, destaca-se pela defesa da educação em nome do exercício da cidadania. A CEAA estendeu-se do período de 1947 a 1953. Em 1954 começou seu declínio, até que, em julho de 1958 foi realizado o 2º Congresso Nacional de Adultos, conclui-se oficialmente o fracasso do programa. Neste congresso discutiu-se a importância do papel da educação de adultos e procuraram a solução de problemas criados pelo desenvolvimento econômico e encontrar novas diretrizes.

No período ditadura civil-militar década de 1960 entra em crise o domínio das classes dominantes e ascensão política dos trabalhadores, confrontam-se duas concepções de educação de Adultos: a educação libertadora (conscientização) e educação funcional (mão de obra produtiva). Nos períodos das décadas de 1960 e 1970 consolida-se a influência da Teoria do Capital Humano (as pessoas compõem o capital de cada país, e que a educação é um investimento que nele se faz) perspectiva tecnicista. A educação sofre com o tecnicismo e o economicismo, principalmente por meio da difusão da Teoria do Capital Humana.

Com a Lei nº 5692/71 trouxe a regulamentação do EJA, e protagonizou uma reforma no ensino médio e fundamental, que instituía a profissionalização compulsória para o ensino secundário, estabelecendo, formalmente, a equiparação entre o curso secundário e os cursos técnicos. Em 1972 dois documentos - Política para o Ensino Supletivo e o Parecer nº 699/72- estabeleciam a doutrina do Ensino Supletivo.

Em 1974 as secretarias Estaduais de Educação criaram os Centros de Estudos Supletivos (CES). O supletivo ganhou estatuto próprio. Durante toda a década de 70 e ao longo dos seu 15 anos de existência, e passou a ter uma grande autonomia, pendurou durante todo o período da ditadura militar.

Em 1988 ocorre a promulgação da Constituição que declara a educação, como direito de todos e dever do Estado e da família, será promovido e incentivado com a colaboração da sociedade (art. 205). Foram instituídos cursos e exames supletivos (art. 38), retornado a concepção de educação compensatória.

Na década de 1990 é possível observar que a EJA sofre um processo de exclusão e falta de efetivo compromisso com a modalidade. A lógica da escola deve ser o desenvolvimento das aptidões para a vida produtiva (Art.39). Criação do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), no começo do Governo Collor utilizava-se do discurso de valorização do combate ao analfabetismo.

Em 1991 foi elaborada uma proposta do Sistema Nacional de Educação Tecnológica. Em 1993 no então Governo Itamar Franco estabeleceu o Plano Decenal de Educação para todos, propondo “nos dez anos seguintes” promover a escolarização de 8,3 milhões de jovens e adultos, dos quais, 2,7 milhões de analfabetos e 4,6 milhões com baixos níveis de escolarização, este plano reconhece a importância da educação básica de Jovens e Adultos e propõe metas ambiciosas de atendimento prioritário de 15 a 19 anos.

Em 1996 a nova LDB (Lei 9.394 / 96) reservou um espaço privilegiado para educação profissional, considerada como um fator estratégico de competitividade e desenvolvimento humano na nova ordem econômica mundial, pela LDB de 1996 reforça a educação de pessoas jovens adultos como uma educação de segunda classe, principalmente ao separar a educação básica da formação profissional, particularmente no ensino médio, onde até então existia o curso secundário profissionalizante. O texto que trata da modalidade da EJA sendo substituído a expressão Ensino Supletivo para o termo Educação de Jovens e Adultos, de caráter mais amplo, porem manteve a o exame supletivo. Com o FUNDEF implantado no ano de 1996, não inclui os alunos que cursavam o ensino fundamental denominado ensino supletivo no cômputo de matrículas para o repasse dos recursos desse, tal medida acarretou uma redução de oferta de vagas para o supletivo. Em 1997 Decreto Federal 2.208 / 97 regulamenta até julho de 2004, a educação profissional e alterações na EJA, instituíram as bases para a reforma do ensino profissionalizante. A educação profissional passa fazer parte de um plano nacional de desenvolvimento econômico e tecnológico sustentado e articulado e outras políticas de emprego, de trabalho e de renda.

O Decreto Federal nº. 2.208/97, regulamentava a educação profissional, que no Art. 3º, compreende os seguintes níveis:

I - Básico: destinado á qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia;

II – Técnico: destinado á proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este Decreto;

III – Tecnológico: correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico.

Podemos observar que no Decreto Federal 2.208/97 o ensino profissional passa a subdividir em níveis independentes, sendo o primeiro o nível básico, desvinculado de qualquer nível de escolaridade mínimo, o Decreto serviu na realidade para criar uma oferta de cursos aligeirados de formação profissional que pouco, ou nada, acrescentavam à formação plena dos jovens e adultos trabalhadores, a partir deste momento o distanciamento entre a educação profissional e educação de jovens e adultos se torna ainda maior.

Não podemos deixar de ressaltar, que nos últimos anos, medidas tem sido implantadas no sentido, que haja uma aproximação maior entre estas modalidades, portanto não é um processo rápido mais sim gradativo que deve ter participação da sociedade como do poder público.

1.1 A educação de jovens e adultos: caminhos percorridos durante o século XX e XXI.

A história da educação básica de jovens e adultos no Brasil, começa a se demarcar a partir da década de 30. Neste período as ações para alfabetização de adultos tinham como caráter somente ensinar o código alfabético tendo como objetivo de adquirir rudimentos básicos da leitura e da escrita.

Neste período o Brasil se encontra sob a ditadura Vargas, na qual se priorizou a centralização das ações e formação de um Estado Moderno com a efetivação de leis trabalhistas, e a consolidação de um sistema educativo com a Constituição de 1934, que ofertava o ensino básico gratuito, no qual o governo federal traçava as diretrizes educacionais por todo o país, com responsabilidades dos municípios e estados. O Brasil passa por um período de transformação com a crescente de industrialização e o aumento da concentração populacional em centros urbanos.

No ano de 1938 é criado o INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – o que permitiu a instituição, em 1942, do Fundo Nacional do Ensino Primário, o qual deveria, com um programa de ampliação da educação primária, incluir o Ensino Supletivo para adultos e adolescentes.

Na década de 40, Brasil passa por um processo de industrialização sendo necessária uma mão-de-obra especializada apta para trabalhar nas indústrias que surgiam nas grandes centros, o maior problema encontrado por eles é que grande parte da população eram analfabetos e não apresentavam nenhuma qualificação, a partir desses fatos as elites intelectuais passam a se preocupar com o analfabetismo. Para estes a culpa do subdesenvolvimento econômico, atraso cultural e social deve-se ao analfabetismo.

Com a criação da UNESCO, logo após a Segunda Guerra Mundial, incentivou as nações consideradas subdesenvolvidas a implementarem medidas de educação como meio de promover a paz entre povos e integração social, graças a essas ações passou-se a discutir ações no que se refere ao analfabetismo à educação de adultos e às desigualdades sociais mundiais especialmente em países do Terceiro Mundo.

Com o fim da ditadura Vargas o Brasil passa por um período de redemocratização, podemos observar que a educação nacional passa a ter como objetivo preparar o sujeito para o trabalho, às leis orgânicas foram organizadas de tal forma a contemplar estes interesses consequentemente à educação foi segmentada de acordo com os setores produtivos e as profissões, separando os que deveriam ter o ensino secundário e a formação propedêutica para a universidade e os que deveriam ter formação profissional.

A da 1ª Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) foi implementada devido aos apelos da UNESCO, mas para que ela acontecesse foi necessária em 1947, criar o Serviço Nacional da Educação de Adultos (SNEA), com a finalidade de orientar e coordenar os trabalhos do Ensino Supletivo. O objetivo desta campanha era preparar a mão-de-obra para a crescente industrialização e urbanização do Brasil.

Em 1964, o Brasil encontra-se num período de ditadura militar os movimentos de conscientização popular são desativados e seus líderes punidos por serem considerados subversivos. Durante este período de ditadura o militar a educação passa a ter a função de integrar a força de trabalho ao plano de

atualização do capitalismo. Neste período a Lei nº 5692/71 regulamenta a modalidade EJA, criou as modalidades de cursos supletivos presenciais e à distância e a realização dos exames de suplência de 1º e 2º grau e protagoniza uma reforma no ensino médio e fundamental, e instituiu a profissionalização e compulsória para o ensino médio, estabelecendo formalmente a equiparação entre o curso secundário e os cursos técnicos. Foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, com a finalidade de erradicar o analfabetismo e proporcionar educação continuada a adolescentes e adultos. O MOBRAL foi erradicado em 1985 sendo substituído pela Fundação Educar, vinculada ao MEC, tendo a mesma sido extinta em 1990.

O Parecer CFE¹ 699/72 destaca três funções básicas para o ensino supletivo:

“· Suplência – compensatório do ensino regular, com cursos e exames, estes com a exigência da idade de 18 anos para o ensino fundamental e de 21 para o 2º grau;
· Suprimento – complementação do quando não há a conclusão de qualquer das etapas de escolaridade (1º e 2º graus), através de cursos de aperfeiçoamento e de atualização;
· Aprendizagem e qualificação – ambas destinadas à preparação e qualificação para o trabalho.”

Foram criados os Centros de Estudos Supletivos - CES, instituições especializadas na oferta de cursos e exames. Em 1980 surgiu o PRODASEC, programa com ações de caráter sócio educativo, profissionalizante e cultural, tanto para o meio rural quanto para as comunidades urbanas carentes.

Apesar de todas essas ações podemos observar que os resultados alcançados não foram satisfatórios pois até havia necessidade de uma continuidade da educação básica, a fim de não ver reduzido o trabalho de alfabetização com o retorno dos sujeitos ao analfabetismo ou agora transformados em analfabetos funcionais.

A Constituição Federal de 1988 assegurou o ensino fundamental público e gratuito a qualquer idade, inscrevendo a educação de jovens e adultos no rol dos direitos da cidadania.

No período de 1990, a educação passou por uma reforma sob as orientações das políticas neoliberais na qual restringe os gastos públicos, e orientadas pelas diretrizes de desconcentração, focalização e redefinição das

¹ CFE: Conselho Federal de Educação

atribuições dos setores públicos e privados, houve uma maior valorização da educação básica para crianças e adolescentes com a focalização de recursos públicos, em detrimento da educação básica para jovens e adultos. Porém foi no Governo Fernando Henrique que o desinteresse em relação à educação de Jovens e Adultos se amplia, chegando ao ponto de extinguir as matrículas para esta clientela conferindo um papel marginal. Com a criação do fundo de valorização do ensino fundamental (FUNDEF) rompe-se o princípio da universalidade inerente ao direito humano à educação. Até 2004 a União se omitiu de investir na Educação dos Jovens e Adultos, deixando âmbito público, a cargo dos Estados e municípios o investimento e manutenção do alunado nas séries iniciais até o ensino médio, e de organizações não governamentais de fundo filantrópico atuando na alfabetização.

Em 2000, o CNE aprova o Parecer nº 11 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos cujo relator foi Professor Carlos Roberto Jamil Cury. Nesse sentido o Parecer CNE/CEB nº 11/2000 redefine as funções do ensino supletivo presentes no Parecer CFE nº 699/72 e conferem à EJA três funções básicas:

a) **Função reparadora:** Como forma de resgate da dívida histórica do país para com os excluídos do sistema regular de ensino. Busca o retorno do jovem e do adulto ao sistema regular de ensino. Significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado – o direito a uma escola de qualidade-, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano (p. 223).

b) **Função equalizadora:** Como forma de garantir o cumprimento do princípio da política da igualdade. Não basta a declaração legal de que a educação é direito de todos. Há que se reconhecer no seio da sociedade a existência da diversidade e garantir nas políticas públicas a efetivação de oportunidades diferentes para eliminar as desigualdades, equalizar o acesso aos bens sociais e o exercício da cidadania, fazendo cumprir com o princípio constitucional de que a educação é direito de todos (p. 226).

c) **Função permanente:** Que também pode ser entendida como função qualificadora. Visa à inclusão social e à garantia de inserção do jovem e adulto no processo produtivo e sua permanência no mundo do trabalho. Mas do que função, ela é o próprio sentido da EJA, que tem como base o caráter incompleto do ser humano, cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode atualizar-se em quadros escolares ou não-escolares (p. 228).

Em 2003, com o início do Governo Lula, a educação de jovens e adultos são criadas políticas emergenciais para a diminuição da pobreza como a Fome Zero. Os recursos continuam a ser limitados, porém destinados para erradicação do analfabetismo. Com a aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) em 2006, houve a inclusão a modalidade de EJA passando a receber financiamento da União.

A elevação do orçamento e alterações na duração do Programa Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola, em 2005, aumentaram a probabilidade de articulação entre eles, ao mesmo tempo em que a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) começou a desenhar instrumentos de diagnóstico, acompanhamento e avaliação desses programas. Após criar o programa Escola de Fábrica, destinada á qualificação profissional em nível básico de estudantes pobres de 16 a 24 anos, a Secretaria de Educação profissional e Tecnológica também institui reserva de vagas para que jovens e adultos curse o ensino médio e recebam qualificação técnico-profissional na rede federal e educação tecnológica (Pierro, 2005)

Um dos grandes desafios do poder público é alfabetização e elevação de escolaridade de jovens e adultos é só será possível se este assunto passar a ocupar o centro dos debates público entre a sociedade organizada e os governos.

1.2. Educação Profissional no contexto da educação brasileira

A organização de educação profissional no início de século XX deu-se a partir do esforço do poder público, para atender a necessidades de menores abandonados e preparar operários para o mercado de trabalho, neste período a sociedade brasileira está passando por mudanças deixando de ser rural para urbano. Entre 1906 e 1910 quem era responsável pelo ensino profissional era o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, eram priorizados o ensino industrial, comercial e agrícola.

Na década 1930 a bolsa de valores de Nova Iorque sofre uma queda levando as economias mundiais entrarem em colapso. O Brasil também sofre com está crise pois sua economia tinha como base a monocultura do café, e acaba por entrar em declínio, muitos dos cafeicultores acabam falindo por não terem para

quem vender o café e quando conseguiam vender o preço era muito baixo, apesar da ajuda do governo a situação somente se agravou, neste mesmo período a maioria dos bens de consumo eram importados e era necessário um esforço de produzir mais bens de consumo que fossem mais baratos que os importados. Neste contexto começa-se a industrialização no Brasil, mas o mercado exigia uma mão-de-obra mais especializada, para as novas exigências do processo produtivo. Neste contexto a educação profissional surge como um meio de atender as demandas do capital e do trabalho, porém esta modalidade de ensino continua atrelando a educação um caráter assistencial.

A partir do fim do Estado Novo, em 1945, com a participação maior da classe trabalhadora no cenário político é possível a ruptura da estrutura de educação com caráter assistencial.

Podemos observar que existe uma forte relação entre a educação e o trabalho, no modelo educacional brasileiro do período após 1964, isto deve-se ao desenvolvimento econômico baseado na associação com o capital internacional que utilizava de inovações tecnológicas porém ainda apresentava uma certa ineficiência para sua utilização. Devido a este fato, difundiu-se, no país, a necessidade de vincular a educação aos planejamentos econômicos globais, como forma de contribuir para o seu desenvolvimento econômico. Para atingir essa meta, seria necessário adequar a educação às necessidades de qualificação de mão-de-obra demandada pelo mercado de trabalho. Nesse contexto, foram realizadas a Reforma do Ensino Superior (Lei n.º 5.540/68) e, posteriormente, a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus (Lei n.º 5.692/71).

A partir da década de 70, o sistema de produção capitalista sofre uma crise, que afeta o mundo capitalista, com o declínio da taxas de lucros proveniente do excesso de produção e a diminuição dos lucros, o modelo de produção taylorista²/fordista³ entra em crise conseqüentemente o dólar acaba por sofrer

² **Taylorismo** ou **Administração científica** é o modelo de administração desenvolvido pelo engenheiro estadunidense Frederick Winslow Taylor (1856-1915), que é considerado o *pai da administração científica*.

³ **Fordismo** é um modelo de Produção em massa que revolucionou a indústria automobilística na primeira metade do século XX. Idealizado pelo empresário estadunidense Henry Ford (1863-1947), fundador da Ford Motor Company,

desvalorização, indicando a falência do acordo de Breeton woods⁴; a crise do Welfare State⁵ ou do “Estado de Bem-Estar Social”; as lutas sociais intensificam (com greves, manifestações de rua), mas o maior agravante da crise é ocasionado pela alta do petróleo. Estes fatores citados acima acabam por impulsionar transformações sócio-históricas que afetaram profundamente a estrutura social.

Na década de 90 o sistema capitalista passa por uma reestruturação para recuperar as o capital perdido com a crise, mas para que isso ocorra é necessário que haja reestruturação do capital, e recuperar o seu ciclo produtivo em consequência destes fatos é necessário promover alterações no mundo do trabalho e na organização da classe dos trabalhadores.

O modelo de produção taylorista /fordista em tinha como característica a separação entre a gerencia, concepção, controle e execução. A diferença mais marcante entre o modelo fordismo do taylorismo era o seu reconhecimento explícito de que produção em massa significava consumo em massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, em suma, um novo tipo de sociedade democrática e racionalizada. Interessante ressaltar que para Ford os trabalhadores deveriam ser considerados como consumidores impotências.

Com a globalização da economia e a ascensão do neoliberalismo, o perfil do trabalhador procurado pelo mercado de trabalho passa a ser diferente do modelo, exigido pelo modo de produção fordista/taylorista. Necessário que os trabalhadores passem por um processo de qualificação profissional e aqueles que estão chegando ao mercado de trabalho já apresentam o perfil que o mundo do trabalho deseja, e isto só e possível se as escolas cumprir sua função de preparar. Quando tratamos da educação de jovens e adultos, e necessário considerar que aprendizagem acontece de tal forma que e o sujeito desenvolva suas habilidades, e enriqueçam seus conhecimentos e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e

⁴ **Sistema Bretton Woods:**Gerenciamento econômico internacional, estabeleceram em Julho de 1944 as regras para as relações comerciais e financeiras entre os países mais industrializados do mundo. O sistema Bretton Woods foi o primeiro exemplo, na história mundial, de uma ordem monetária totalmente negociada, tendo como objetivo governar as relações monetárias entre Nações-Estado independentes.

⁵ **Estado de Bem-estar Social** ou **Estado-providência** (em inglês: *Welfare State*) é um tipo de organização política e econômica que coloca o Estado como agente da promoção (protetor e defensor) social e organizador economia. Nesta orientação, o Estado é o agente regulamentador de toda vida e saúde social, política e econômica do país em parceria com sindicatos e empresas privadas, em níveis diferentes, de acordo com a nação em questão. Cabe ao Estado do bem-estar social garantir serviços públicos e proteção à população.

profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades e as de sua sociedade em que estão inseridas.

Para que o que o modelo educacional atinja este objetivo é necessário que ele passe por mudanças, na sua estrutura, já vêm na década de 1940 o ensino secundário era o pré-requisito de entrada para ensino superior e o técnico preparava para o mercado trabalho, o sujeito era obrigado escolher uma das modalidades, pois cada uma destas seguia caminhos diferentes.

No governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) a educação profissional passou por um reestruturação, que tinha como objetivo amenizar os conflitos entre o capital e trabalho e em consequência diminuir as desigualdades sociais. Para o governo altos índices de desemprego está associado a má qualificação dos trabalhadores e o único meio para retirar estes sujeitos do estado de marginalização que se encontravam era oferecer um novo capital cultural.

Em 1995, o Ministério do Trabalho cria o Plano Nacional de Educação Profissional (PLANFOR), este programa tinha como público-alvo setores sociais que apresentam dificuldades para entrar ou permanecer no mercado de trabalho.

Durante o governo FHC foi implantado um modelo de educação média e profissional, que tinha como características a desvinculação do ensino acadêmico e técnico e pela modulação deste último. O governo fundamentou-se as mudanças criticando o modelo vigente sua justificativa era que o cursos técnicos necessitavam de um elevado consumo de recursos, proveniência dos alunos de setores de renda mais elevada e destinação desses para cursos superiores.

Neste período a educação profissional passa por um período de privatização, pois o governo não tinha interesse em subsidiar este modelo com fundos públicos.

Para implantação novo modelo de educação profissional foi necessário tomar medidas relevantes, modificou-se a Constituição Federal (Emenda Constitucional n° 14/96), aprovou-se uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB-EN, Lei n° 9.394/96), editou-se um Decreto (N° 2.208/97), editou-se um Decreto (N° 2.208/97), exarou-se uma Portaria

Ministerial (Nº 646/97) e criou-se um Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP)⁶

Essas normas estabelecem mudanças nos objetivos, organização, funcionamento, finalidades e currículos para a educação profissional e em consequência uma redução na formação técnica a complemento da educação geral. A educação profissional passa a ser organizada em três níveis de ensino profissional: *básico*, como modalidade de educação não-formal, independentemente de escolaridade prévia; *técnico*, destinado a proporcionar habilitação profissional aos matriculados no ensino médio ou seus egressos; *tecnológico*, destinado a egressos do ensino médio e técnico, correspondendo a cursos de nível superior na área de tecnologia.

O governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), a reforma educacional continua porém com algumas diferenças podemos destacar suas políticas e programas de modificações na educação superior, com a criação em 2004 do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)⁷ e do Programa Universidade para Todos (PROUNI)⁸. No ensino médio e na educação profissional, destaca-se a possibilidade de integrar a educação acadêmica e profissional (Decreto 5.154/04). No financiamento da educação básica, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)⁹, a aprovação do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica¹⁰, em 2006.

⁶ O PROEP foi criado para ser desenvolvido no Brasil no período de 1997 a 2003. Tal programa visava a implementar a reforma no ensino profissionalizante, em consonância com o modelo proposto pelo BIRD. A adesão rápida a tal modelo era uma condição para que as escolas obtivessem recursos financeiros para melhorar a infra-estrutura, equipamentos, bem como para a capacitação de pessoal, adequação e atualização de currículos.

⁷ O SINAES é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. Ele avalia todos os aspectos que giram em torno desses três eixos: o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos.

⁸ O PROUNI foi criado em 2004 por MP e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, oferecendo, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas que aderirem ao Programa.

⁹ O FUNDEB tem os mesmos objetivos e regras do FUNDEF, contudo engloba toda a educação Básica e não somente a educação fundamental como se dava anteriormente, contemplando inclusive as modalidades de ensino.

¹⁰ Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica previu a criação de 42 novas unidades de ensino na Rede Federal de Educação Tecnológica.

1.3 A possibilidade de integração entre a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Profissional

Em 2003 foi criado o Plano Nacional de Qualificação (PNQ), coordenado pelo Departamento de Qualificação (DEQ), com a expectativa de integrar trabalho, educação e desenvolvimento, propõe articular-se com outras políticas públicas de educação e de geração de trabalho e renda. Nessa direção, visa a contribuir para a integração e a consolidação do Sistema Nacional de Formação Profissional, articulado ao Sistema Público de Emprego e ao Sistema Nacional de Educação.

No decreto-lei nº 5.154/ 2004 prevê uma “articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma: integrada (...) (Art.4º.,Par.1º.,Inc.I).É importante ressaltar que essa modalidade de ensino satisfaz as necessidades do mundo do trabalho, que busca um trabalhador polivalente e capaz de adaptar-se as mudanças tecnológicas que acontecem constantemente. Esse tipo de formação politécnica é permeado pela presença da ciência e da tecnologia como forças produtivas, geradoras de valores, fontes de riqueza. Podemos apontar ainda que este tipo de formação pode levar o jovem e o adulto trabalhador a ter uma visão do mundo mais ampla, podendo exercer sua cidadania. Porém é importante lembrarmos que este modelo produtivo em que vivemos pode aumentar a exclusão social, o subemprego, o desemprego, para o profissional que não conseguir enquadrar-se a este perfil.

Quando tratamos do tema educação integrada, nesse caso específico, a EJA e educação profissional ambicionam que haja uma preparação para o trabalho, significa, portanto, que analisamos como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/ trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos (Gramsci, 1981, p. 144). No, Brasil, está busca da superação do tradicional dualismo da sociedade e da educação brasileira e nas lutas pela democracia e em defesa da escola pública nos anos 1980, particularmente, no primeiro projeto de LDB¹¹, elaborado logo após e em consonância com os princípios de educação na Constituição de 1988 (Ciavatta, 2005).

¹¹ **LDB:** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394

Na verdade, todo sistema educacional se estrutura a partir da questão do trabalho, pois o trabalho é à base da existência humana, o homem se caracteriza como tais na medida em que produz sua própria existência, a partir de suas necessidades (Saviani, 1986, p.14). Em países desenvolvidos, além a articulação entre sistemas regulares de formação e os programas de formação profissional entre ministérios e outras instancias da vida do país, observa-se que o dualismo social e educacional (inerente ao mundo capitalista) e atenuado pelas conquistas sociais que garantem melhor educação e melhores condições de trabalho, ou seja, do Estado na situação de desemprego, são também menores e parecem ser socialmente irrelevantes, (no caso da Alemanha), os preconceitos advindos da divisão trabalho manual/trabalho intelectual (Ciavatta, 2005).

A integração ensino profissional e a educação de jovens e adultos têm como essência, a relação entre o trabalho e a educação, o mundo do trabalho que procura produtividade, diminuição de custo sabe que um profissional polivalente será capaz de enquadrar neste modelo. Interessante observar que até as escolas tem passado por transformações para se enquadrar a esta realidade com as reformas dos currículos e novas propostas político-pedagógicas e a implantação do modelo de gerência da qualidade total.

Para ocorrer processo formativo “a promoção de atividades políticas pedagógicas baseadas em metodologias inovadoras dentro de um pensamento emancipatório de inclusão, tendo o trabalho como princípio educativo; o direito ao trabalho como um valor estruturante da cidadania; a qualificação como uma política de inclusão social e um suporte indispensável do desenvolvimento sustentável, a associação entre a participação social e a pesquisa como elementos articulados na construção desta política e na melhoria da base de informação sobre a relação trabalho-educação-desenvolvimento. Isso possibilita a melhoria das condições de trabalho e da qualidade social de vida da população” (BRASIL, 2005, p. 20-21). Considerando, portanto, que a educação profissional tem uma dimensão social intrínseca, ela extrapola a simples preparação para uma ocupação específica no mundo do trabalho e “postula a vinculação entre a formação técnica e uma sólida base científica, numa perspectiva, social e histórico-crítica, integrando a preparação para o trabalho à formação de nível médio” (MANFREDI, 2003, p. 57).

Devemos ter o cuidado de não priorizar somente a perspectiva formação para o trabalho, o sujeito só tem valor se for capaz de produzir, mas sim devemos nos prender na perspectiva de formação de sujeitos que cria cidadãos capazes compreenderem o mundo que o cerca.

Quando analisamos o caminho percorrido por educação de jovens e adultos e a educação profissional podemos concluir que elas seguiram percursos diferentes, porque estas modalidades de educação e ficaram sempre à mercê dos interesses políticos e das classes dominantes.

Durante muitos anos a educação de jovens adultos foi renegada a posição marginal, e compensatória das classes dominantes em relação às classes menos favorecidas. É notório que esta modalidade de ensino sempre ficou restritas as camadas mais pobres da população, que não tiveram oportunidade de concluir seus estudos na época apropriada, mas este fato está relacionado com a necessidade de ter que trabalhar para ajudar em casa. Este trabalhador quando inserido no mercado de trabalho sem nenhuma qualificação, porém com a reestruturação do modelo de produção com a implantação de tecnologias como automação da linha de produção este trabalhador, foi excluída do mercado de trabalho, sobrando para este o desemprego, e quando muito o subemprego.

Ao consideramos que a escolarização destes trabalhadores é muito baixa, foi necessário criar campanhas para sanar o mais rápido possível estes problemas, e como já vimos grandes parte destas campanhas não tiveram o resultado esperado.

O mundo do trabalho está em constante transformação, pois vivemos numa economia globalizada alicerçada no modelo neoliberal e as modificação tecnológicas constantes – no qual o desemprego estrutural é um dos mais graves problemas que afeta especialmente aos jovens trabalhadores - e a problemática social da inserção da juventude na vida ativa, com cidadania e dignidade, está a exigir a implementação de políticas públicas efetivas. Teoria do Capital Humano, nem a escolarização básica, nem tampouco a formação profissional, produzem empregos ou garantem empregabilidade.

Portanto, é presumível admitir, num quadro de escassez dos empregos formais, que a educação profissional incorporada a uma sólida educação básica será capaz ampliarem alternativas coletivas de trabalho e geração de renda,

podendo cooperar, dessa forma, para a inserção de uma consciência cidadã no mundo do trabalho.

A modalidade de educação de jovens e adultos por si só não é capaz de desenvolver estas habilidades por é imprescindível que ele seja acompanhado da formação profissional, pois assim estaremos diminuindo a dicotomia trabalho manual/ trabalho intelectual.

Quando refletirmos sobre a integração da educação de jovens adultos e educação profissional, ambicionamos formar um “aluno trabalhador” comprometido com a construção de uma sociedade com maior igualdade social, pois esta modalidade de ensino enriquece o sujeito não só com conteúdos mais sim forma cidadãos.

Capítulo 2

O município de Niquelândia como espaço de vida e trabalho

2.1. História de Niquelândia

Niquelândia (figura 1) é um dos municípios mais antigos do estado de Goiás localizado no norte goiano com uma área territorial aproximada de 9.843 km² foi fundada em 19 de março 1735 pelos Bandeirantes Manoel Rodrigues Tomar e Antônio de Souza Bastos expedição chefiada por Bartolomeu Bueno da Silva, recebendo o nome de São José do Tocantins. O povoado foi elevado a distrito de Traíras em 1755, e no ano de 1833 foi elevado à categoria de vila e sede do município.

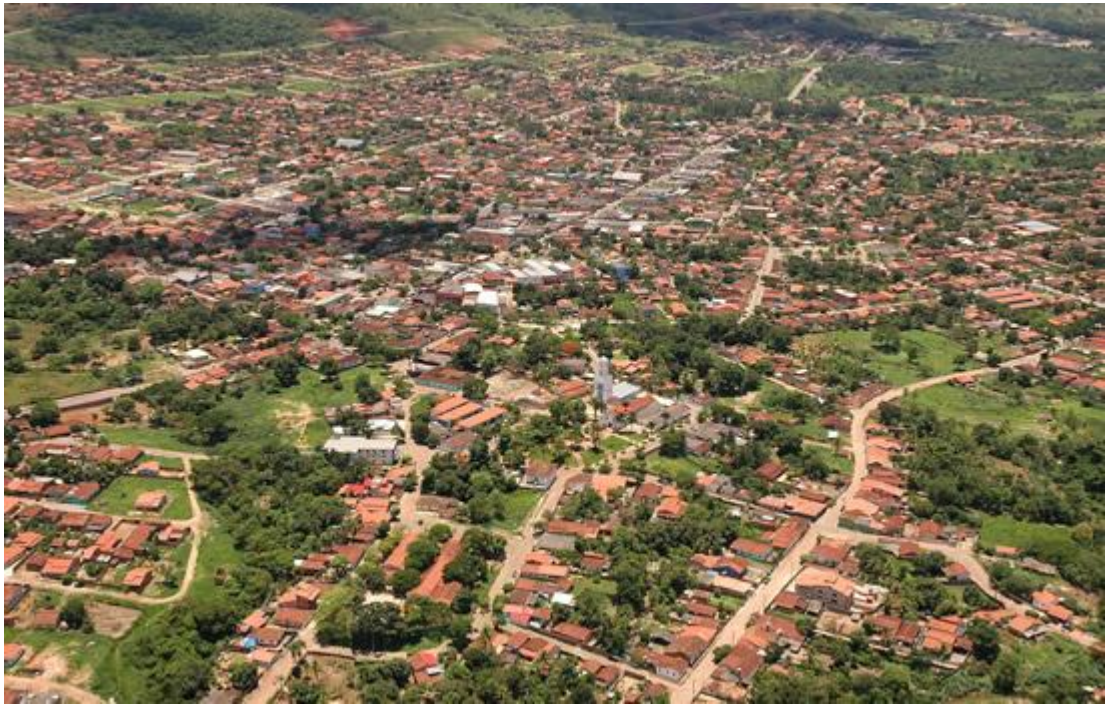


Figura 1: Vista área de Niquelândia. Fonte: <http://www.niquelandia.go.gov.br>

No século XVIII, várias minas de ouro foram descobertas onde hoje se situa o município de Niquelândia-GO, grandes quantidades desse metal foram enviadas para a corte portuguesa e outras tantas contrabandeadas pelos currais da Bahia e pelo Rio Tocantins acima, em direção ao norte do país. Com o esgotamento das jazidas de ouro de aluvião no final do século XVIII, o município entra em decadência mais, consegue sobreviver graças à romaria do Muquém¹², neste período romeiros de todo o Brasil vinham para a cidade em busca de milagres e em conseqüência a renda local da cidade aumentava. Este período de transição de garimpo para pecuária e a agricultura trouxe grandes dificuldades para a população local, há históricos de pobreza e até morte por falta de alimentos. Nesse período não a relato da existência de escolas a maioria das pessoas eram analfabetas e as que apresentavam escolaridade e porque vieram de outros lugares do Brasil. Apesar do esgotamento das minas de ouro, geólogo brasileiros e estrangeiros tinham esperança de encontrar além do ouro outros minérios e continuaram a frequentar o município.

Entre os anos de 1906 a 1908 (não há registros exatos), os irmãos Helmuth Brockes e Freymund Brockes, chegam em suas amostras de níquel, extraídas da face oriental da Serra da Mantiqueira até então não se tinha certeza que se tratava, o minério foi enviado para ser pesquisado em Paris, na França. A análise e confirma que o minério encontrado era o mineral níquel.

No ano de 1932 os irmãos Brockes fundaram a Empresa Comercial de Goiás, em parceria com a colônia alemã de Santa Catarina, e em 1933 compram as terras da Mantiqueira localizada na Serra da Mantiqueira, do Coronel Joaquim José Taveira¹³ pertencente a uma das famílias tradicionais de Niquelândia que comandavam a política local.

A exploração realizada pelos alemães tinham como objetivo atingir a produção de 500 t anuais de matte, uma liga composta por ferro, níquel e enxofre, e instalaram em 1933 um forno de reverbero¹⁴ importado da Alemanha na mina Jacuba. Mas a falta de estradas e de enxofre dificultaram o projeto, marcado por uma tragédia: a morte de três engenheiros alemães que desciam os Rios Maranhão

¹² Romaria do Muquém: Festa religiosa que teve início em 1748, que acontece no período de 5 a 18 agosto.

¹³ O coronel Joaquim José Taveira, foi grande chefe político de Niquelândia na 1ª metade do séc. XX. Talvez a mais antiga família de Niquelândia, e uma das mais antigas de Goiás.

¹⁴ Forno de reverbero : forno de chama direta.

e Tocantins na tentativa de descobrir uma forma de escoar a produção. Com isso, o forno acabou não entrando em operação e a idéia de produzir matte foi descartada. Apesar disso, a empresa continuou extraindo o níquel, que seguia para a Alemanha.

Em 1940, os japoneses chegam no município para extrair cobalto nas minas da Jacuba¹⁵ e firmaram um acordo com a Empresa Comercial de Goiás. Centenas de toneladas de cobalto são exportadas para o Japão.

Em 1941, Empresa Comercial de Goiás associou à American Smelting and Refining Co, porém com o final da II Guerra Mundial os alemães perdem o controle acionário da empresa e é transferido para a companhia americana. Empresa americana, visando à extração de níquel, e mudou seu nome para Companhia Níquel Tocantins. Os americanos queriam implantar um projeto arrojado na região, com usina para beneficiamento do níquel e a construção cidade moderna na região a oeste de Jacuba, conhecida hoje como Macedo Velho, local onde se instalaram os primeiros operários da Companhia Níquel Tocantins.

Em dezembro de 1941, os japoneses atacaram Pearl Harbor e os Estados Unidos entraram na Segunda Guerra Mundial. Com isso, os japoneses das minas da Jacuba simplesmente abandonaram o local e cerca de 300 t de cobalto estocados na mina e no Porto de Santos deixaram de ser embarcados para o Japão. Com a entrada do Brasil na guerra e os alemães¹⁶ foram expulsos de Niquelândia. Ao final da Segunda Guerra, os americanos também abandonaram as minas, e se mudaram para Cuba pois a quantidade de minério a ser explorado neste local era de maior quantidade.

Em 1943 a cidade de São José de Tocantins, passa-se chamar Niquelândia um neologismo inglês, que significa literalmente, terra do níquel

O Grupo Votorantim em 1957 compra a Companhia Níquel Tocantins, detentora dos direitos minerais caracterizados por um manifesto de mina no maciço de Niquelândia, no norte de Goiás. A partir desse data, a empresa começa a realizar pesquisas geológicas na região. Na década de 70, o do governo

¹⁵ Minas de Jacuba: recebeu este nome pois existe um córrego com nome de Jacuba (significa refresco preparado com água, farinha de mandioca e açúcar ou mel), na região sul da Serra da Mantiqueira

¹⁶ Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra, uma comissão na qual teve a participação do Prof. Colemar Natal e Silva que se desloca para Niquelândia com o fim expresso de interditar a mina dos alemães e arriar a bandeira do III Reich que ali tinham erguido.

confirmou compromisso de fazer estradas de acesso, com boas condições de trânsito o ano inteiro, suprimento e financiamento do BNDES. O grupo Votorantim adquiriu o complexo das minas da Jacuba em 1957 e montou uma usina de beneficiamento de níquel e cobalto que iniciou a operação na década de 80.

Em 1957, o Grupo Votorantim adquiriu a Companhia Níquel Tocantins, detentora dos direitos minerais caracterizados por um manifesto de mina no maciço de Niquelândia, no norte de Goiás. Nos anos seguintes, a empresa começou intensas pesquisas geológicas na região, enfrentando a dificuldade de acesso e os poucos recursos tecnológicos disponíveis na época.

Na década de 70, após definição e comprovação da rota tecnológica de produção com o minério de Niquelândia, o Grupo tomou a decisão de investir numa usina para 5000 toneladas de níquel/ano em Niquelândia, este desafio tornou-se ainda maior, quando não se confirmou o suprimento necessário de energia, fazendo com que uma parte do processo, a eletrólise, tivesse que ser instalada em São Paulo, no bairro de São Miguel Paulista, e teve de ser acrescido ao projeto de Niquelândia uma geração própria de energia, com a instalação de 4 máquinas geradoras.

A chegada da empresa Codemim para pesquisar níquel e outros minerais é datada de 1965. A Empresa de Desenvolvimento de Recursos Minerais Ltda. (Codemin) passou a funcionar apenas em 1966 e quatro anos depois foi transformada em sociedade anônima (a denominação Codemin S.A. surgiu apenas em 1993), atualmente, a produção da Codemin – controlada pelo Grupo Anglo American.

As empresas instaladas em Niquelândia tiveram grandes dificuldades, podemos destacar, entre elas falta de energia elétrica, estradas precárias, insistência de órgãos públicos, porém o principal fator era a mão-de-obra especializada, que teve que ser trazida de outros lugares do Brasil, principalmente do estado de Minas Gerais e São Paulo, além de estrangeiros. A mão-de-obra local só foi utilizada somente para serviços braçais que exigem baixo nível de qualificação, entretanto para os trabalhos de perfuração, que é um trabalho árduo foi necessário recrutar trabalhadores nos estados do nordeste, pois a população local se recusava a fazer este tipo de atividade.

2.2 O contexto educacional no município:

A história da educação em Goiás, começa a partir de 1726 neste mesmo período se inicia a exploração do ouro, neste momento não há uma preocupação do governo investir em educação. O que interessava aos governantes era a acumulação de riqueza, através da extração desordenada dos recursos minerais da região, as áreas sociais e saúde foram deixadas a margem, até porque o território goiano se inseria no contexto de uma colônia de exploração.

A capitania de Goiás os padres tinham um importante papel social pois eles representavam a parte mais culta da sociedade. Os primeiros professores públicos chegam nessa região somente em 1788, sendo três professores de primeiras letras para Vila Boa (cidade de Goiás), Meia Ponte (Pirenópolis) e Pilar, dois de latinidade e um de retórica. A primeira escola aqui fundada data de 1787, estava localizada na atual cidade de Pirenópolis. A segunda escola foi criada em Santa Luzia, atual cidade de Luziânia. No final da primeira década do século XIX, em todo território goiano, existiam apenas quatorze professores, sendo a maioria presentes na capital Vila Boa. Para piorar mais ainda a educação em Goiás, no início do século XIX, em decorrência da política governamental de contenção de gastos públicos, o então governador da capitania Francisco de Assis Mascarenhas, o Conde de Palma, ordenou a redução dos salários dos professores e o fechamento de diversas escolas (Campos, 2005)

A educação em Goiás até a primeira metade do século XX era precária, a rede pública de ensino primário, nesse período, não atinge a totalidade dos municípios goianos. O chamado ensino secundário se restringe a apenas dezessete cidades, sendo, em sua maioria, constituído de escolas normais para formação de professores. Assim, em 1940, o analfabetismo chega a representar 81% da população goiana em idade escolar.

A ênfase na Escola Normal resultou em uma preocupação em regulamentar o curso Normal e em expandi-lo. Um dos objetivos do regulamento foi estimular e facilitar a criação de escolas Normais no interior do estado. Diferentemente do regulamento anterior, no novo não se exigiu do estabelecimento de ensino um patrimônio mínimo. Além disso, de acordo com ele, deixou de ser obrigatória a mesma orientação didática da Escola Normal Oficial para equiparação. Essas

medidas favoreceram a expansão da Escola Normal da rede particular. Um dos aspectos da política educacional do Governo Ludovico foi a expansão e a interiorização das Escolas Normais.

Em 1958 o colégio Normal São José foi fundado por uma Entidade Filantrópica, neste período a cidade não tinha ginásio, por isto foi considerada a 1ª escola a fornecer uma formação profissional. Em 1962 tinha como Diretor o Padre Péricles, época que formou a 1ª Turma a concluir o Ginásio Normal que correspondia de 5ª à 8ª série com disciplinas específicas que profissionalizavam os alunos para ocupar o cargo de professores. O convênio para o funcionamento do colégio foi firmado com o Estado no Governo de Otávio Lage que funcionou até 1.974.

No ano de 1969, havia 32 escolas no município entre estaduais e municipais que somavam 42 salas de aula e 50 professores e na sua maioria não tinham o curso primário completo, o número de crianças matriculadas no ensino primário era de 963 crianças, sendo que pelo senso realizado pelo IBGE na época 10.560 crianças enquanto a população total da época era de 23.989. O ensino médio era particular pertencente a Fundação São José do Tocantins com 134 alunos matriculados.

Ao final de 1974 início de 1975, a Escola São José foi transferida para Escola Paulo Francisco da Silva que localizava no mesmo local onde funciona hoje o Colégio Municipal Juscelino K. de Oliveira. Em 1975 o Colégio Estadual cel. Joaquim Taveira é fundado.

Em 1978 é implantado o curso de técnico de contabilidade no Colégio Estadual Paulo Francisco da Silva, para oferecer formação para a população com menos poder aquisitivo, já que os mais ricos mandavam seus filhos para estudar em Goiânia ou Anápolis.

Em 1983 é criada a Escola técnica Tocantins pelo engenheiro químico João Sadio Maki, na acampamento Macedo pertencente ao Grupo Votorantim que fica a 18 km de Niquelândia, as pessoas que quisessem fazer um curso técnico teriam que percorrer este trecho todos os dias, e importante ressaltar que não havia

asfalto e nos períodos de chuva fica muito difícil chegar na escola. A escola oferecia os cursos técnicos de química e eletrotécnica sendo 3 salas de cada curso com 30 alunos em cada sala. A Companhia Níquel Tocantins (grupo Votorantim) oferecia uma bolsa de 50% para os funcionários que quisessem estudar.

Com a escola técnica passou a ser um meio para melhorar a qualificação do quadro de funcionários, pois só os cargos de gerência tinha qualificação, enquanto os trabalhadores da lavra e a fundição não tinham qualificação nenhuma, aprendiam o serviço através da prática.

No ano de 1984 é fundado o Colégio Tiradentes (privado) pela Perpetua Antônia Gomes Pessoa Alves, com os cursos de química, eletrotécnica e mecânica.

Em 1985 a Codemim hoje pertencente ao grupo Anglo American, firma um acordo de cooperação técnica com o Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), para qualificar seus funcionários.

Em 1991 a Escola técnica Tocantins é transferida para a cidade Niquelândia, para a rua Isabel R. Camelo nº 15 setor Belo Horizonte.

Em 1992 é implantado o curso supletivo que corresponde da 5ª a 8ª série e tem uma duração de 2 anos, no Colégio Municipal Juscelino Kubitschek.

O curso técnico de contabilidade da Escola Paulo Francisco, foi extinto em 1998 quando sua última turma se formou, o ensino médio regular passa a ser oferecido no período matutino e noturno. Já o magistério que pertencia ao Colégio Thomaz Adorno foi extinto no ano de 2002, também passa a oferecer o ensino médio no período matutino e vespertino, até então a única escola que oferecia o antigo colegial era o Colégio Joaquim Maria de Godoi (Polivalente), o interessante é que esta escola foi criada em 1978 para oferecer os cursos de técnicas agrícolas, mas acabou se tornando colegial pois não tinham professores para ministrar aulas de matérias mais específicas do curso.

Em 2004 é implantada a primeira turma de ensino médio de EJA no Colégio Estadual Coronel Joaquim Taveira, cerca de 60 % das matrículas eram de funcionários da Anglo American e Níquel Tocantins. Esta procura tão grande deve-se ao fato das empresas obrigarem os alunos a estudarem, que não estivesse matriculada em uma escola seria demitido. Apesar das empresas incentivarem seus funcionários a se qualificarem, alguns ainda insistiam a não estudarem e em

consequência foram demitidos. Atualmente o Colégio Coronel Joaquim Taveira existe 8 turmas de EJA de 1^o a 4^o período.

Em 2006 o SESI- SENAI instala-se em Niquelândia com o apoio das empresas Anglo American, Votorantim e prefeitura local oferecendo, curso os técnicos de eletrotécnica, secretariado e química, além do ensino fundamental para os filhos dos funcionários da Votorantim no acampamento Macedo.

Atualmente existem duas escolas técnicas particulares Êxito e Tiradentes os funcionários das empresas mineradoras tem bolsa de estudos que pode chegar até 50% e o SENAI que a partir do ano de 2008 passou a oferecer cursos gratuitos porém a entrada é através de prova de seleção.

Niquelândia atualmente tem cerca de 38.517 habitantes incluído a zona rural e urbana. Existe um número muito grande de pessoa que não tem um curso profissionalizante seria muito importante que existissem mais cursos gratuitos para que a população pudesse se qualificar.

Capítulo 3

Projeto de implantação do curso de educação profissional técnica de nível médio integrado em mineração e educação de jovens e adultos (PROEJA)

3.1. Características do PROEJA

Quando estudamos a história da educação de jovens e adultos podemos perceber claramente que esta modalidade de ensino sempre foi marcada pela descontinuidade das políticas públicas em relação a ela.

Podemos observar que as matrículas do ensino fundamental tem aumentado ano após ano devido políticas públicas desenvolvidas pelos governos além desses, várias organizações não governamentais tem investido nesta modalidade de ensino, e em consequência o ensino médio passou também por um período de ampliação, entretanto o EJA não conseguiu acompanhar estas mudanças.

Em 2003 com o programa Brasil Alfabetizado implantado pelo governo federal estabelece a presença do Estado na EJA, alguns municípios começam a destinar verbas para esta modalidade de ensino.

Com a passar dos anos tem-se observado um aumento de jovens matriculados no EJA, isto deve-se a dois fatores básicos: primeiro, apesar o Brasil passar por um período de desenvolvimento econômico, o as desigualdades sociais não foram amenizadas com este desenvolvimento mais sim acabaram por se agravaram, em consequência disto, muitos jovens foram obrigados a deixarem os estudos para a entrar no mercado de trabalho para ajudar a sustentar a família, o segundo fator e o insucesso no ensino fundamental, apesar os governos terem aumentado o número de matrículas, podemos observar que não houve investimento na qualidade de ensino das redes e com isso não conseguiam que as crianças aprendessem e permanecessem na escola.

Ao analisarmos o perfil dos alunos da EJA tem como clientela os sujeitos marginalizados do sistema, são pessoas que não tiveram oportunidades de estudarem na época certa, e que para se enquadrarem ao mundo do trabalho tem que aumentar seu grau de estudos para sair da situação de exclusão em que vivem.

O Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) teve origem no Decreto nº 5.478, de 24/06/2005. O programa foi implantado inicialmente na rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, apesar de já existirem algumas iniciativas antes da implantação do programa.

O PROEJA tem como caráter humanizar a educação procurando preparar o sujeito tanto para o mercado de trabalho como para vida. Construindo uma visão crítica da sociedade em que ele pertence sendo assim formando cidadãos. Está consolidado em seis princípios, que foram fundamentados na a partir de educação geral e estudos específicos do campo da EJA, além de reflexões teórico-práticas desenvolvidas tanto na EJA quanto ensino médio e nos cursos de formação profissional da Rede Federal de Educação Profissional e tecnológica. Os princípios são:

“ I- trata da inclusão de jovens e adultos que não tiveram oportunidade de concluírem a educação básica em sua faixa etária regular, na qual os sistemas educacionais firmam um compromisso de integrá-los a rede, porém primando pela qualidade e assegurando sua permanência nas unidades escolares; II- consiste na inserção orgânica da modalidade EJA integrada á educação profissional nos sistemas educacionais públicos; III- ampliação do direito á educação básica, pela universalização do ensino médio; IV- o trabalho como princípio educativo; V- a pesquisa como fundamento de formação; VI- condições gerenciais, de gênero, de relações étnico-raciais como fundantes da formação humana e dos modos como se produzem as identidades sociais.” (PROEJA. 2006, p.27-28).

Com a mudança que o mundo do trabalho tem sofrido e em consequência a redução dos postos de trabalho, é necessário que a formação do trabalhador também mude passando ser mais abrangente, e permitindo ao sujeito a se adaptar a essas mudanças.

Dentro deste mundo, o homem deve ser concebido como um ser integral, o qual no confronto com os outros sujeitos, afirma a sua identidade social e política e reconhece a identidade de seus semelhantes, ambas construídas nos processos de desenvolvimento da individualização e da intersubjetividade (CEFET-RN, 1999, P.47). Dentro desta concepção podemos ver um homem que está inserido dentro do contexto da história, sendo assim ele faz parte da sua construção histórica da sociedade a qual ele pertence.

Quando pensamos na formação oferecida tanto para escola privadas com públicas a nível médio tem apresentado um erro crucial, o aluno é preparado para o vestibular, ao invés de se pensar numa formação integral e igualitária norteada pela prática social que o estudante vivencia, deve-se preparar o aluno para vida e em consequência ele apresentará uma formação sólida científica, humanística e tecnológica.

É necessário criar um sistema educacional, que seja capaz de resgatar essa grande parcela de excluído, do regime regular de ensino e oferecer acesso a educação profissional e tecnológicas com qualidade e de forma pública, gratuita, igualitária e universal, ao público da EJA ao ensino médio integrado á educação profissional.

A rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica foi a primeira a ofertar o ensino médio integrado modalidade EJA, procurando em sua política educacional, a formação na integração de trabalho, ciência, tecnologia, humanismo e cultura geral e rompendo com a dualidade estrutural cultural *versus* cultura técnica, essas dimensões estão estreitamente vinculadas às condições necessárias ao efetivo exercício da cidadania.

Ao discutirmos sobre formação integrada não podemos deixar de destacar suas finalidades mais significativas, a habilidade de proporcionar uma educação básica sólida, pensada de tal forma que garanta ao sujeito da EJA uma integração social e uma compreensão do mundo do trabalho, em síntese proporcionar a formação de cidadãos profissionais capazes de compreender a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho na qual ele está inserido.

A política de integração da educação profissional ao ensino médio na modalidade EJA opera prioritariamente, na perspectiva de um projeto político-pedagógica integrada, apesar de ser possível a oferta de cursos de educação profissional articulada ao ensino médio em outras formas: integrada, concomitante e subsequente (Decreto nº 5.154/04), porém foi priorizado a currículo integrado.

Ao tratarmos do currículo integrado, temos algumas dificuldades que devem ser superadas, tais como: de que forma fazer está integração, em que sentido ocorrerá a integração do currículo, para tanto é necessário procurar o uma integração epistemológica, de conteúdos, de metodologias e de prática educativas, tendo como resultado uma integração teórico-prática, entre o saber e o saber fazer.

Segundo Ciavata o termo integrar é:

Remetemos o termo [integrar] ao seu sentido de completude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso, de tratar a educação como uma totalidade social, isto é, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos [...]. Significa que buscamos enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos. (CIAVATTA, 2005, p. 84).

Ao integrar a educação profissional e ensino médio EJA estamos na realidade interlaçando uma perspectiva de pensar, ou seja, um projeto educativo, que busque inovar pedagogicamente, que esteja pronto para se adaptar aos diferentes sujeitos sociais abandonando a perspectiva de formação para o mundo do trabalho, mas sim a formação integral dos sujeitos.

A integração a educação profissional e ensino médio EJA, levará a estas duas modalidades de ensino a vencer a dicotomia que existe neste modelo educacional, enquanto o ensino médio voltado é vestibular (mundo da educação) a educação profissional e para o mundo do trabalho.

A prática educativa dentro deste contexto deve ser repensada, pois ele deve ter como princípio as reais necessidades de aprendizagem dos sujeitos alunos, de tal forma que dialogue com as concepções formadas sobre o campo de atuação profissional, sobre o mundo do trabalho, sobre a vida. Para que isto aconteça é necessário que os profissionais da educação sejam preparados, afim de que possam compreender o modo de aprendizagem desses sujeitos, favorecendo a aprendizagem destes.

O educador dentro deste contexto tem a função de mediar e articular a produção coletiva do conhecimento, empenhados a procurar caminhos para que aprendizagem dos sujeitos alunos acontece da melhor forma. A participação dos alunos na produção de conhecimentos pode encorajar a aprendizagem e desenvolver a consciência do valor da escolarização.

A organização curricular dentro PROEJA não é um modelo estático e rígido, por isso é necessário desconstruir os modelos existentes, inovar procurando novas metodologias, currículos observando as necessidades de contextualização frente á realidade do educando, promovendo a ressignificação de seu cotidiano.

Em resumo, os princípios político-pedagógicos que orientam a organização curricular dessa política são:

A integração curricular visando à qualificação social e profissional articulada à elevação da escolaridade, construída a partir de um processo democrático e participativo de discussão coletiva; A escola formadora de sujeitos articulada a um projeto coletivo de emancipação humana; A valorização dos diferentes saberes no processo educativo; A compreensão e consideração dos tempos e espaços de formação dos sujeitos da aprendizagem; A escola vinculada à realidade dos sujeitos; A autonomia e colaboração entre os sujeitos e o sistema nacional de ensino; O trabalho como princípio educativo (Adaptado do documento *Saberes da Terra*, 2005, p. 22-24 apud PROEJA., 2006, p. 35).

Na Resolução CNE/CEB nº. 1/2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA determina no Art. 5º, parágrafo único:

“ [...] a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de **equidade, diferença e proporcionalidade** na apropriação e contextualização das Diretrizes Curriculares Nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio de modo a assegurar:

I. quanto à equidade, a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de proporcionar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação;

II. quanto à diferença, a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores;

III. quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da EJA com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica.” (Resolução CNE/CEB Nº 1, 2000).

Define-se, então, o currículo como um desenho pedagógico e sua correspondente organização institucional à qual articula dinamicamente experiências, trabalho, valores, ensino, prática, teoria, comunidade, concepções e saberes observando as características históricas, econômicas e socioculturais do meio em que o processo se desenvolve. “Antes de ser uma proposta pré-definida,

o currículo orienta-se pelo diálogo constante com a realidade”. (BRASIL, 2005, p. 36).

O currículo deve ser estruturado, segundo o documento base do PROEJA (BRASIL, 2005, p. 36) de tal forma a propiciar a:

A concepção de homem como ser histórico-social que age sobre a natureza para satisfazer suas necessidades e, nessa ação produz conhecimentos como síntese da transformação da natureza e de si próprio (RAMOS, 2005, p. 114, apud PROEJA, 2006, p. 36); A perspectiva integrada ou de totalidade a fim de superar a segmentação e desarticulação dos conteúdos; A incorporação de saberes sociais e dos fenômenos educativos extra-escolares; “os conhecimentos e habilidades adquiridos pelo educando por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames” (§2º, Art. 38, LDBEN, apud PROEJA, 2006, p.37); A experiência do aluno na construção do conhecimento; trabalhar os conteúdos estabelecendo conexões com a realidade de educando, tornando-o mais participativo; O resgate da formação, participação, autonomia, criatividade e práticas pedagógicas emergentes dos docentes; A implicação subjetiva dos sujeitos da aprendizagem; A interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade e a interculturalidade; A construção dinâmica e com participação; A prática de pesquisa (adaptado de MACHADO, 2005, apud PROEJA, 2006, p.37).

As orientações citadas a cima podem levar a diversas organizações e estratégias metodológicas., aproveitando este contexto podemos agrupar as abordagens em complexos temáticos.

A formação integral, não é um processo fácil a ser construído, porém ao alcançamos os objetivos, com certeza teremos participados na formação de sujeitos não para o mundo do trabalho mais cidadãos para mundo.

3.2. Justificativa para implantação do PROEJA em Niquelândia.

Como já foi discutido nos capítulos 2, Niquelândia sempre teve sua economia fundamentada na extração mineral, porém os minérios que mais se destacaram foram o ouro e níquel, além de apresentarem outros minerais tais como ouro, cristal, platina, cobre, cobalto, calcário, amianto, urânio e outros.

Nos dias atuais mais da metade dos alunos matriculados na EJA na cidade de Niquelândia-GO, trabalham para indústrias mineradoras, de forma direta sendo funcionários da Anglo American ou Grupo Votorantim ou de forma indireta, ou seja, empresas que prestam serviço para elas.

A maioria dos alunos que terminam a EJA é obrigados a fazer um curso técnico pois as empresas de mineração exigem que os seus empregados estejam qualificando constante. Essa exigência de qualificação está relacionada com a modernização da exploração do níquel.

A exploração do níquel dividida em três partes: pesquisa, lavra e beneficiamento. A parte da pesquisa geralmente é feito por geólogos é identificada onde o minério se encontra qual a profundidade. Esta fase e feita no período da implantação da planta, o que nos interessa na realidade são a lavra e o beneficiamento.

O tipo de lavra que temos em Niquelândia é a céu aberto o número de trabalhadores neste setor não é grande, porém é necessário que eles tenham alguns conhecimentos técnicos tais como, saber fazer leitura de GPS, os caminhões que são utilizados são controlados por computadores, todo gerenciamento é on-line. O desmonte é realizado através de perfuração e explosão da rocha.

A terceira parte que o beneficiamento do níquel é divida em secagem e moagem, Sendo que para a secagem do minério a fonte geradora de calor é a queima completa do óleo combustível.

Existem dois tipos de processos que são utilizados na produção do níquel, são eles o pirometalúrgico, que é utilizado pela Anglo American e o processo hidrometalúrgico (Caron de Lixiviação Amoniacal), usado tradicionalmente pela Cia Níquel Tocantins (Grupo Votorantim).

O processo pirometalúrgico, que é utilizado pela Anglo American e que se destina à produção do ferro-níquel, utiliza-se de minérios da classe 3, 4 ou 5, que depois de britados, sofrem fusão em fornos elétricos e, em seguida, passam por um processo de refino e eliminação das impurezas como o enxofre e o fósforo. Entretanto, o enxofre pode ser aproveitado para a produção do matte, que será tratado de forma semelhante ao utilizado para minérios sulfetados.

O processo hidrometalúrgico (Caron de Lixiviação Amoniacal), usado pela Cia Níquel Tocantins (Grupo Votorantim), é destinado à produção de níquel eletrolítico. O processo de beneficiamento inicial é desenvolvido pela empresa em Niquelândia - GO, onde o minério homogeneizado. O carbonato de Ni e Co é transportado da unidade em Niquelândia – GO para outra unidade em São Miguel Paulista – SP onde é feita a eletrólise para obtenção do níquel e cobalto metálico.

Analisando o processo de beneficiamento, observamos que são necessário um número muito maior de trabalhadores, esta etapa exige também uma certa capacitação do trabalhador, já que a maioria desses hoje estão sendo processos é informatizada. Interessante ressaltar que muitos desses trabalhadores aprenderam a trabalhar com os equipamentos através de prática.

Para a implantação de um curso técnico integrado a EJA em mineração e geologia, temos que ter em mente que muitos dos processos aprendidos já são conhecido pelos alunos na prática pois a maioria dos alunos que estudam na EJA já possuem no mínimo dez anos de empresa. Das três etapas a que demanda, uma maior atividade de treinamento é na área de lavra, tanto para técnicos vinculados a esse setor como para os mineiros ou garimpeiros. Podemos apontar um dos grandes que tem fatores que tem dificultado a exploração mineral e a necessidade de mão-de-obra especializada a nível médio e superior.

3.3. Perfil de atuação do egresso

O técnico de nível médio da Área Profissional de Mineração e Geologia deve ser um profissional capacitado para desenvolver suas atividades em conjunto com Geólogos, Engenheiros de Minas e Químicos, além de outros profissionais que atuam na Área Ambiental. Vale salientar que as Empresas de Mineração normalmente utilizam, pelo menos, dois técnicos desta área para cada geólogo ou engenheiro de minas, durante o desenvolvimento de seus projetos na mineração, visa habilitar profissionais para atuar na gestão e execução de trabalhos nos setores de exploração, processamento e transporte de minerais.

Para que seja possível formar profissionais capazes de absorver com segurança a agilidade do avanço tecnológico, o perfil profissional do técnico na área de mineração deverá atender às premissas básicas da flexibilidade para mudanças, formação científica e técnica sólidas as quais devem permitir a absorção de novos conhecimentos através da educação continuada e formação humanística, social e ambiental. Além das competências e habilidades, inerentes à área técnica, o profissional deverá ter capacidade para um aprendizado contínuo, desenvolver comunicação oral, escrita e gráfica, exercer liderança, trabalhar em equipe e utilizar ferramentas da informática.

Curso Técnico de nível médio integrado em Geologia e Mineração, o aluno deverá demonstrar um perfil que lhe possibilite segundo CEFETES, 2004:

- Conhecer e utilizar as formas contemporâneas de linguagem, com vistas ao exercício da cidadania e à preparação para o trabalho, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- Compreender a sociedade, sua gênese e transformação e os múltiplos fatores que nela intervêm, como produtos da ação humana e do seu papel como agente social;
- Ler, articular e interpretar símbolos e códigos em diferentes linguagens e representações, estabelecendo estratégias de solução e articulando os conhecimentos das várias ciências e outros campos do saber;
- Compreender os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria e prática nas diversas áreas do saber;
- Coletar informações geológicas a partir de sensoriamento remoto e da informática aplicada;
- Auxiliar:
 - A realização de mapeamento geológico e amostragem em superfície e sub superfície;
 - A execução de projetos de identificação, qualificação e quantificação de jazimentos minerais;
 - A supervisão da estabilidade em minas subterrâneas e a céu aberto;
 - A supervisão das atividades específicas de planejamento e lavra de minas;
- Efetuar coleta de dados de geoquímica e geofísica de exploração;
- Executar levantamentos e confeccionar mapas topográficos nas fases de pesquisa mineral e lavra;
- Operar equipamentos de sondagem, perfuração, amostragem e transporte;
- Manusear e armazenar explosivos e seus acessórios;
- Efetuar plano de fogo em minas a céu aberto e subterrânea;

- Aplicar métodos de análise mineralógica, fragmentação, classificação, balanço de massa, bem como de separação física e físico-química ao tratamento de minérios;
- Operar equipamentos de análise mineralógica, granulométrica, de fragmentação e de separação;
- Aplicar medidas de controle ambiental para impactos gerados pela pesquisa mineral, lavra e tratamento de minérios;
- Ter iniciativa, responsabilidade e exercer liderança;
- Aplicar normas técnicas nas atividades específicas na área de mineração;
- Aplicar normas de segurança de trabalho
- Ter atitude ética;
- Saber conviver e trabalhar em equipe;
- Conhecer as formas contemporâneas de linguagem, com vistas ao exercício da cidadania e à preparação básica para o trabalho, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- Compreender a sociedade, sua gênese e transformação e os múltiplos fatores que nela intervêm, como produtos da ação humana e do seu papel como agente social;
- Ler, articular e interpretar símbolos e códigos em diferentes linguagens e representações, estabelecendo estratégias de solução e articulando os conhecimentos das várias ciências e outros campos do saber;
- Compreender os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática nas diversas áreas do saber.

3.4. Princípios metodológicos

Os princípios metodológicos do curso de mineração e geologia foram fundamentados no modelo do curso técnico integrado Serviços de Alimentação CEFET-GO. As orientações legais e do convencimento de que é necessário, portanto, estruturar uma trajetória formativa que estimule de um lado, o início de um rompimento do isolamento das disciplinas e de uma aprendizagem centrada

numa visão de mundo fragmentada, e de outro, buscar, por meio de conhecimentos das diversas áreas, pensar, refletir e propor alternativas de aprendizagem mais próximas da experiência imediata dos jovens e adultos, estabeleceu-se eixos temáticos como estratégia metodológica (CEFET-GO, 2006).

As áreas do conhecimento estão distribuídos dentro de quatro eixos temáticos que servirão como meio de reflexão da situação ontológica do homem, da ciência, da tecnologia e da responsabilidade sócio-ambiental do trabalhador-cidadão, além de se articularem entre si, para que proporcionar uma aprendizagem interdisciplinar e transdisciplinar¹⁷ desta forma levar o educando a ter uma visão plena da realidade em que ele está inserido.

As disciplinas que irão fazer parte do período letivo estão distribuídas a de tal forma que enquadre-se no eixo temático proposto e além de estarem interligadas com outras disciplinas pertencente ao eixo, desta forma é possível romper com o isolamento disciplinar no processo de ensino-aprendizagem, deve-se estabelecer uma condição necessária para a implementação da proposta metodológica e curricular o trabalho coletivo, concretizando através por meio de reuniões semanais.

Definiu-se, partindo das condições apresentadas, que as aulas práticas nos laboratórios serão estratégias metodológicas presentes desde o primeiro período do curso como forma de, desde o início da formação, refletirmos sobre a melhor maneira de articular teoria e prática.

Constituem-se, então, eixos temáticos do curso:

Eixo Temático 1: Trabalho, Mineração e Geologia

Como os conteúdos estão dispostos em eixos temáticos o projeto curricular do Programa de Educação de Jovens e Adultos, tem como objetivo uma construção sociopolítica de expressiva demanda social.

Ao tratamos de uma educação integral é necessário que a relação entre conhecimento e dualidade formativa se interliguem sendo assim, que a base humanista e o saber técnico acabem por se completar. Do ponto de vista da integração dos saberes de formação geral e de área técnica específica encaminha-se para uma proposta metodológica que toma áreas de conhecimento a partir de

¹⁷ Ver conceituação na descrição do eixo temático: Conhecimento, Tecnologia e Mineração e Geologia .

temas geradores em suas relações e inter-relações com a vida concreta dos trabalhadores jovens e adultos.

Do ponto de vista teórico-metodológico, as discussões estabelecem a especificidade das áreas temáticas do curso técnico mineração e geologia, definindo os critérios que as constituiriam. O trabalho foi tomado como categoria central para a compreensão e prática do processo educativo, enquanto como eixo central de articulação das disciplinas e das áreas de conhecimento é compreendido como a possibilidade única do homem fazer-se homem social, a partir do trabalho, estabelece formas de consciência de si, dos outros e da sociedade. Assim, a articulação da estratégia cognitiva para a qualificação do trabalhador, descontinuado em sua formação escolar, pressupõe o reconhecimento e a exigência do trabalho como lócus de produção do conhecimento e como princípio educativo.

Dessa forma, a proposta da educação integrada reflete uma concepção teórica fundamentada em uma opção política: a de um saber que o trabalhador precisa tendo em vista sua emancipação, ou seja, a compreensão da relação entre o saber político e o saber técnico aplicado as práticas objetivas de trabalho. A centralidade do trabalho e a história da “cultura do trabalho”; a qualificação profissional e o cotidiano do trabalhador; a exclusão pelo desemprego e a precarização das condições de trabalho são elementos de efetiva contribuição para análise das reais condições de inserção dos trabalhadores no processo de produção, organização e gestão dos bens materiais e culturais da sociedade (CEFET-GO, 2006).

Portanto, o eixo temático trabalho, e mineração se constitui como objeto do conhecimento do curso que possibilitará a incorporação de práticas educativas emancipadoras na compreensão no processo desenvolvido pelo trabalhador em exercício de sua atividade produtiva.

Eixo temático 2: Conhecimento, Tecnologia e Mineração

Ao discutirmos sobre o tema conhecimento, podemos concluir que não está limitado a, descrições, hipóteses, conceitos, teorias, princípios e procedimentos que são ou úteis ou verdadeiros. A sociedade atual é considerada a

“sociedade do conhecimento”, pois o conhecimento não é neutro, quem consegue adquiri-lo tem poder.

O desenvolvimento de um país esta associado com a evolução do conhecimento técnico , os avanços tecnológicos e capaz de medir o grau de emancipação ou para a dependência, subdesenvolvimento, exploração, dominação.

Desde os gregos, diversos significados têm se atribuído ao termo tecnologia que era entendido como o discurso da arte (de *techne*, arte, manufatura e *logos*, palavra, discurso)” (FIGUEIREDO, 1989, p.).

No Brasil é possível perceber duas correntes distintas, mas complementares, que tratam da questão do conceito de Tecnologia. “Uma delas trata a tecnologia de forma restrita, e a outra corrente aborda aspectos mais abrangentes ampliando as fronteiras do entendimento do que é tecnologia”(VITORETTE, J.M.B *et. al.*, 2002).

Na primeira definição a tecnologia é vista como uma ciência aplicada. Na segunda abordagem entende a tecnologia de forma mais abrangente inserindo-a numa dimensão social, histórica e cultural indo além da aplicação sem descartá-la, e tem como seu representante Gama (1986).

Na realização da atividade tecnológica temos necessidade de conhecimentos científicos que não sejam fragmentos, pois a “tecnologia não é um agregado de técnicas ou disciplinas. Tecnologia não é técnica, não é o conjunto das técnicas. Então, tecnologia não é o fazer, mas sim o estudo do fazer, é o conhecimento sistematizado, é o raciocínio racionalmente organizado sobre a técnica.” (GAMA, 1994, p.21).

Ao falarmos, então, em tecnologia podemos dizer que é o segredo do saber fazer, portanto está além da técnica, do fazer. (CEFET-GO, 2006).

Contemporaneamente, criou-se a necessidade da atividade tecnológica, sem um compromisso da tecnologia com a dimensão social. A tecnologia pode ser perversa, se não estiver aliada à dimensão humana e social, pois não é neutra, nem mesmo na sua concepção (FIGUEIREDO, 1989, p.25). Nessa mesma perspectiva, Faraco (1998, p.) aponta que a tecnologia modifica os modos do fazer humano e apresenta forte impacto sobre o viver do homem, transformando a organização social, a consciência humana e social, pois não é neutra, nem mesmo na sua concepção (FIGUEIREDO, 1989, p.25). Nessa mesma perspectiva, Faraco (1998,

p.7) aponta que a tecnologia modifica os modos do fazer humano e apresenta forte impacto sobre o viver do homem, transformando a organização social, a consciência humana e os valores culturais” (VITORETTE, J.M.B. *et. al.*, 2002, p.189).

A reflexão dessas duas visões de tecnologia aqui apresentadas em nossa sociedade brasileira contribuí para buscarmos caminhos para a educação do técnico integrado em serviços de alimentação – PROEJA que leve em consideração os aspectos humanos, sociais, históricos, econômicos e culturais, evitando desenvolver uma educação eminentemente técnica, na qual o ser humano seja por ela subjugado. (CEFET-GO, 2006).

No nosso caso específico do curso de técnico integrado em mineração e geologia esta preocupação também se faz presente, na busca de contribuir na construção da autonomia intelectual e ética do aprendiz técnico, na perspectiva de sua emancipação enquanto trabalhador. O setor mineral tem passado por uma reformulação, o trabalho manual tem sido substituído por máquinas que exigem um conhecimento bem específicos para manuseá-las, no mundo do trabalho possuir estas qualificações vai fazer a diferença de estar empregado ou desempregado.

Eixo temático 3: Sujeito, Desenvolvimento e Responsabilidade Sócio-ambiental

Com a globalização e adoção de políticas econômicas neoliberal fundamentada produção, trabalho e consumo, pode levar a escassez dos recursos minerais.

O desenvolvimento econômico tem levado o setor mineral cada dia mais explorar grandes reservas de minérios, o problema que o passivo deixado por estas empresas são muito grandes, devido a este fato a degradação ambiental tem sido um dos grandes problemas deste setor, entre os pontos negativos podemos destacar: a vegetação e, por conseqüência, a fauna, são destruídas, removidas ou

expulsas, a camada de solo fértil é perdida, removida ou coberta, afetando a vazão e qualidade ambiental dos corpos superficiais e/ou subterrâneos d'água, assoreamento dos leitos dos rios por material de capeamento (solo vegetal e solo residual) e por rejeitos da mineração. Utilização de monitores hidráulicos para efetuar desmonte da cobertura do solo, carreando volumes enormes de lama para cursos de água, causando turbidez elevada a jusante das trabalhosas matas ciliares não protegidas dentro do que determina a legislação, e não raro utilizam estas áreas como bota-fora dos rejeitos ou estéreis. Desprezo da terra fértil, quando da limpeza de uma nova frente de trabalho. Águas perenes e pluviais espalhando-se pelo pátio de obras. Falta de um lugar definido como local de bota-fora dos rejeitos.

Este eixo tem como objetivo desenvolver uma educação crítica, levando o profissional da mineração a ter como principal preocupação a compatibilidade entre desenvolvimento econômico e as condições sociais e ambientais. É importante ressaltar que a formação do sujeito trabalhador e cidadão ativo em um processo que permita o enfrentamento das condições ambientais numa perspectiva de desenvolvimento fundamentada na “sustentabilidade” democrática.

O propósito é possibilitar a discussão das concepções e perspectivas sobre as temáticas do desenvolvimento e meio ambiente, considerando as diversas concepções de desenvolvimento e as dimensões constituintes das relações sociais (cultura, economia, política) e também do espaço natural e social de forma que os educandos possam interpretar, questionar e propor novas formas de atuação, comportamento e responsabilidade da sociedade perante as questões como: Qual a relação entre o processo de desenvolvimento econômico, conservação ambiental e qualidade de vida? Como beneficiar-se das conquistas tecnológicas sem prejudicar o ambiente? É possível melhorar o nível de intervenções na natureza diante da aceleração das mutações técnico-científica e do considerável crescimento humano? Como a sociedade poderá participar das formas de governabilidade do espaço ambiental, dadas às limitações impostas pelos processos econômicos? A abordagem destes, dentre outros aspectos, permite a compreensão das bases (ideologias, valores culturais e comportamentos) que sustentam o modelo vigente e possibilita, numa perspectiva crítica e reflexiva a formulação de novas interpretações da realidade, do educando enquanto sujeito

ativo e participativo e os caminhos possíveis para sustentabilidade democrática e a superação da desigualdade e da exclusão social. (CEFET-GO, 2006).

Eixo temático 4: Mineração x Mercado de Trabalho

O setor de extração mineral ainda apresenta baixa qualificação, isto deve-se ao fato de existirem poucos cursos nesta área de atuação. A nível superior existem nove instituições que oferecem o curso - na Bahia, em Goiás, em Minas Gerais (duas universidades), no Pará, na Paraíba, em Pernambuco, no Rio Grande do Sul, em São Paulo a nível técnico os CEFETs , Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Norte e Pará.

O mercado de trabalho está em busca e mão-de-obra qualificada, isto deve-se aos avanços tecnológicos e o crescente aumento da exploração dos recursos minerais para abastecer as indústrias de bens de consumo.

As etapas de indústria de extração mineral são: pesquisa, lavra e beneficiamento, destas etapas onde encontra-se o menor nível de qualificação é na lavra, onde trabalha os operadores de máquinas, muitos deste operaram estas máquinas pela prática.

As empresas deste segmento costumam terceirizar alguns segmentos da produção, a grande maioria dos trabalhadores destas empresas não tem qualificação, em consequência acabam por receber os baixos salários.

O profissional da área de mineração necessita ter e conhecimentos básicos de química e física para compreensão dos processos de resistência de materiais, concentração e separação sólido-liquído; de sociologia e história, para entender relações humanas, entre outras áreas de conhecimento como língua portuguesa, matemática, geografia, línguas estrangeiras etc.

Com o aumento da qualificação deste setor, haverá aumento da produção mineral sem degradar o meio ambiente, além de haver uma melhoria ambiente de trabalho, e em consequência teremos um cidadão exercendo o papel de trabalhador.

3.4. Estrutura curricular e horário de funcionamento

O curso técnico em mineração de geologia será ofertado em 5 semestres, totalizando uma carga horária de 1980 horas. Destas, 810 horas, destinam-se às disciplinas do Ensino Médio e 1170 horas, ao Ensino Técnico. O estágio curricular supervisionado terá uma carga horária de 300 (trezentas horas) horas e poderá ser feito a partir do 2º período do curso. As atividades de ginástica laboral e recreativas, desenvolvidas no transcorrer do curso, complementam a formação dos educandos e contribuí no processo de integração e socialização dos discentes, entre estes e o corpo docente.

MATRIZ CURRICULAR											
PROEJA	Ano de implantação: 2010										
	Aprovação: Portaria nº.....de...../...../.....										
	Vigência: 1º semestre										
	Disciplinas	Eixos	Carga Horária Semanal								
			Períodos						Hora Aula		
			1º	2º	3º	4º	5º				
Núcleo Comum	Língua Portuguesa	1,2,3 e 4	4	3	2	2	2			195	
	Inglês técnico	1 e 2	2	2						60	
	Artes	1					1			15	
	Geografia	1 e 2	1	1						30	
	História	1 e 4			1	1				30	
	Matemática	1,2,3 e 4	2	2	3	3	2			180	
	Física	2 e 3	2	2	2					90	
	Química	2	2	2	2					90	
	Biologia	2 e 3	2	2						60	
	Filosofia	1 e 2					1			15	
	Sociologia do Trabalho: relações humanas no trabalho	1 e 2		1	2					45	
	Informática aplicada e introdução ao CAD	2 e 3		2	2					60	
	Subtotal			11	17	14	6	6		810	
	Cartografia, topografia e geoprocessamento aplicado a mineração	2 e 3		2	2					75	
	Geologia geral	2 e 3		4						60	
	Mineralogia e Petrografia	2 e 3				2	2	2		60	
	Geologia aplicada Estrutura e de Minas	2 e 3				2	4	3		75	
	Prospecção e Pesquisa Mineral	2 e 3				2	2	2		60	
	Estabilidade e desmonte de rochas	2 e 3				2	2	2		60	
	Beneficiamento: cominuição e classificação, concentração e separação de sólidos e líquidos	2 e 3		3	2	2				75	
	Gestão Organizacional e segurança do trabalho	1,2,3 e 4					3	2		60	
	Método de Lavra	2 e 3					3	2		60	
	Mineração e meio ambiente	2 e 3		1	2					60	
	Serviços e equipamentos de mineração	1,2 e 3					3	2		60	
	Operações de lavra de mina	2 e 3		2	2					60	
	Empreendedorismo	1 e 4				1				15	
	Comunicação empresarial	1 e 4						2		30	
	Gestão da produção	1 e 4		2				2		60	
	Estágio				120	120	60			300	
	Subtotal			14	8	11	19	19		1170	
	TOTAL			25	25	25	25	25		1980	

Tabela 1 – Matriz Curricular do Curso Técnico de Nível Médio Integrado em de Geologia e Mineração

3.5. Oferta de vagas e formas e condições de acesso

Serão oferecidas anualmente 120 vagas, sendo 60 vagas no primeiro semestre, e 60 vagas no segundo semestre. O processo seletivo será realizado por meio de sorteio de vagas para os candidatos devidamente inscritos e cientes do edital. Não deverá ser cobrada nenhuma taxa no ato da inscrição.

O curso será ofertado para alunos jovens e adultos que concluíram o Ensino Fundamental e possuem idade mínima de 20 anos completos.

4.0. Considerações finais

Como já na discorremos a escola tem um papel fundamental no processo de inserção do trabalhador no mundo do trabalho, dando subsídios para este sujeito alcance os conhecimentos necessários para se desempenhar bem suas funções profissionais.

As escolas de EJA que adotarem o PROEJA, com certeza estariam aumentando as oportunidades dos alunos trabalhadores de se tornarem cidadãos trabalhadores, e seria de grande valia se o Colégio Col. Joaquim Taveira adotasse esta modalidade de ensino.

Através do estudo de caso podemos concluir que o melhor curso para atender a necessidades dos discentes do colégio Estadual cel. Joaquim Taveira seria mineração e geologia pois atenderia a demanda da região, que vive da exploração mineral.

Para a implantação do curso de integrado de mineração e geologia no município de Niquelândia – GO serão necessários tomar algumas medidas tanto de caráter pedagógico como administrativo.

Destacaremos quais são as principais metas devem ser alcançadas para que haja a implantação do curso: reconhecimento do curso pela secretária da educação, construção de laboratórios, do laboratório de informática e salas de aulas; capacitação dos professores, e estabelecer convênios com as indústrias mineradoras da região.

A implantação do curso integrado de mineração e geologia no Colégio Estadual Col. Joaquim Taveira ocorreria no ano de 2010, e a partir de agosto de 2009 serão tomadas a primeiras iniciativas para aprovação do PROEJA na secretária da educação de Goiás. Além do curso integrado de mineração e geologia teremos o EJA funcionando simultaneamente até última turma concluir o curso.

Para a população local que não tem meios para pagar um curso técnico, a implantação deste curso e quem sabe num futuro próximo outros, será de grande valia pois estaremos dando oportunidade dos sujeitos que sempre estiveram a margem da sociedade se tornarem cidadãos.

5.0. Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto 5.478 de 24 de junho de 2005 que institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Programa de integração da educação profissional ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos PROEJA. 2006

BRASIL. Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do artigo 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 jul. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Saberes da Terra: Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos Integrada com Qualificação Social e Profissional para Agricultores (as) Familiares. Brasília: MEC, out. 2005.

BERTRAN, P. História de Niquelândia. Editora Verano, 1998, Brasília.

CAMPOS, R. G. M; CAMPOS, P. B. Educação e Economia em Goiás. Conjuntura Econômica Goiana, Goiania, v. 04, n. cdu, p. 22-28, 2005.

CEFET-RN. Curso Técnico de Nível Médio Integrado Geologia e Mineração. Plano de Curso, Rio Grande do Norte, 2004

CEFET-GO. Projeto de implantação do curso de educação profissional técnica de nível médio integrado em serviços de alimentação na modalidade de educação de jovens e adultos (PROEJA). Goiânia, 2006.

CIAVATTA, M. A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade, 2005. Disponível:<http://www.uff.br/trabalhonecessario>. Acesso 1/4/2008

FAZENDA, I. C. A. Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro: Efetividade ou ideologia. Coleção “Realidade Educacional” –IV. São Paulo: Edição 5ª ed.

FIGUEIREDO, V. Produção social da tecnologia. São Paulo: EPU, 1989.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M e tal RAMOS, M. A política de educação profissional no.Governo Lula: um percurso histórico controvertido. In: Educação e Sociedade. Campinas: Cortez, vol.26, n.92, out. 2005. Disponível: <http://www.scielo.br>. Acesso: 4/4/2008

GAMA, Ruy. A tecnologia e o trabalho na história. São Paulo: Nobel/EDUSP, 1986.

Garcia, N. M. D, Lima F. D. L. Politécnica ou educação tecnológica: desafios ao Ensino Médio e à educação profissional. Trabalho e Educação, para apresentação na 27ª. Reunião Anual da ANPEd (Caxambu, 2004). Disponível: http://www.anped.org.br/reunioes/27/diversos/te_domingos_leite.pdf. Acesso: 4/4/2008

GALLI, U. História da Mineração em Goiás. Editora Contato /Comunicação/Editora da UCG. Disponível no site: <https://literaturadobrasil.websiteseuro.com/livro.php?livro=71&cap=2539>. Acesso 6/02/2009.

GRAMSCI, A. La alternativa pedagógica. Barcelona: Editorial Fontamara, 1981.

HADDAD, S., Pierro M. C. D. Escolarização de jovens e adultos. Revista Brasileira de Educação, nº 014, p. 108 a 130, mai-ago, 2000. Disponível: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/275/27501407.pdf>. Acesso: 4 /4/2008.

HADDAD, S. Tendências atuais na educação de jovens e adultos. Em Aberto, Brasília, ano 11, nº 56, out./dez. 1992. Disponível: <http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/828/742>. Acesso: 4/4/2008

MACHADO, L. PROEJA: O significado socioeconômico e o desafio da construção de um currículo inovador. In: MEC. EJA: formação técnica integrada ao ensino médio. Salto para o futuro: Secretaria de Educação a Distância. Boletim 16, set/2006.

MANFREDI, S. M. Educação profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2003.

MEC. Programa de integração da educação profissional ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos PROEJA.2006

MORAES, C. S. V. A reforma do Ensino Médio e a educação profissional. Trabalho & Educação. Belo Horizonte, Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação, Faculdade de Educação UFMG, nº 3, p. 107-117, jan/jul, 1998.

MOURA, D.H. EJA: formação técnica integrada ao ensino médio. In: MEC. EJA: Formação técnica integrada ao ensino médio. Salto para o futuro: Secretaria de Educação a Distância. Boletim 16, set/2006. In: MEC. EJA: formação técnica integrada ao ensino médio. Salto para o futuro: Secretaria de Educação a Distância. Boletim 16, set/2006.

PAIVA, J. Educação de Jovens e Adultos: direito, concepções e sentidos. Tese de Doutorado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2005. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT18-2553—Int.pdf>. Acesso: 6/4/2008.

PARECER CNE Nº 11/2000 – CEB- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos Disponível: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes_p0645-0712_c.pdf. Acesso: 2/4/2009.

PIERRO, M. C.D. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas e educação de jovens e adultos no Brasil. Educ.Soc., Campinas. Vol. 26, n. 92, p. 1115-1139, Especial - Out.2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso 30/3/2008.

SAVIANI, D. O nó do ensino de 2º grau. Bimestre, n.1. São Paulo: MEC/INEP – CENAfor, 1986.

SOUSA, D. R. História da Codemin. Editora Gráfica Terra , 2003 , Goiânia

RIFKIN, J. O Fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. Trad. Ruth Gabriela Bahr. São Paulo: Makron Books, 1995, p. 13.

RODRIGUES, J. Quarenta anos adiante: breves anotações a respeito do novo decreto de Educação Profissional. Trabalho Necessário, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, 2005. Disponível em: <http://www.uff.br/trabalhonecessario>. Acesso 1/4/2008.

VITORETTE, J.M.B; MOREIRA, H e tal BASTOS, J. A de S. L. de A Tecnologia, educação tecnológica e cursos superiores de tecnologia: uma busca da dimensão cultural, social e histórica. Revista da FAEEBA. Educação e contemporaneidade: inclusão/exclusão social e educação, Salvador, v.11, n.17, p. 187-202. Jan./jun., 2002.